

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 10 de novembro de 2000

Ano 2 Nº 40

Audiência do OR em Joinville superou expectativas

Deputados cobram participação do governo estadual nas audiências

Dos 29 municípios integrantes das regiões Norte e Nordeste do Estado, 22 mandaram representantes para a audiência pública do Orçamento Regionalizado de Joinville, que ocorreu nesta quinta-feira (9), às 9 horas, na sede da Associação dos Municípios do Nordeste de SC (Amunesc).

Ressaltando o esforço dos parlamentares em manter o calendário de audiências públicas num ano eleitoral, o presidente das Comissões de Finanças e do OR, deputado João Rosa (PTB), anunciou que das 778 propostas colhidas no ano passado, 179 tornaram-se obras em execução pelo governo estadual, 52 estão em fase de convênio e aproximadamente 50 estão contempladas no Orçamento do Estado para 2001, em tramitação no Poder Legislativo.

O deputado Gilmar Knaesel (PPB), presidente da Assembléia, lembrou que os parlamentares devem ser conscientes no cumprimento da Constituição Estadual, já que a lei de autoria do então deputado Carlito Meres (PT), atualmente na Câmara Federal, regulamentou o Orçamento Regionalizado na Carta Magna. Enfatizou a necessidade de fortalecer o processo, que nos primeiros três anos penou com a falta de recursos e vontade política do Executivo, mas que hoje está avançando com o acompanhamento do Orçamento Estadual através da Internet, o que facilita o acompanhamento e fiscalização pelos deputados.

Falando em nome do prefeito Luiz Henrique da Silveira, o secretário da Fazenda de Joinville, Adelar Alves, disse estar convencido que o bom planejamento e o êxito na aplicação dos recursos públicos passam pela democratização do orçamento, caminho que, segundo ele, deve ser seguido pelos municípios.



Audiência pública em Joinville

Pronunciaram-se em apoio ao OR os deputados Ivo Konell (PMDB), Francisco de Assis (PT), Adelar Vieira (PMDB), Jaime Duarte (PPS) e Nilson Gonçalves (PFL), que foram unânimes em afirmar que o governo estadual deve participar das audiências e posicionar-se de maneira mais clara e positiva sobre o processo.

Conselheiros - A escolha dos conselheiros titular e suplente da região Norte recaiu, respectivamente, nos prefeitos eleitos de Papanduva, Edmar Reva, e de São Bento do Sul, Sílvio Dreveck. Na região Nordeste, o cargo de conselheiro titular coube ao prefeito eleito de Massaranduba, Davio Len, e o de suplente ao vereador Ademir Machado, de Joinville.

Prisão de delegado em função da CPI do Narcotráfico

Página 5

Próximas audiências

Nesta sexta-feira as regiões do Vale e Alto Vale do Itajaí recebem a Comissão do OR, e a partir das 9 horas iniciam-se as programações na Associação Educacional Leonardo Da Vinci, localizada na BR - 470, trecho Blumenau/Indaial.

Na segunda-feira (13) será a vez das regiões Sul e Grande Florianópolis apresentarem suas reivindicações, desta vez no município de Laguna, às 9 horas, no Tourist Hotel.

TVAL chega a mais três cidades catarinenses

Página 8

OPINIÃO

FHC: dormindo em berço esplêndido



A célebre frase “deitado eternamente em berço esplêndido”, que sempre faz lembrar o nosso Brasil, hoje pode, tranqüilamente, ser aplicada ao seu Presidente. Infelizmente, quem parece estar dormindo em berço esplêndido é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. É o mínimo que se pode dizer diante de tudo que vem acontecendo em nosso amado Brasil sob a inércia do comandante-maior, cuja equipe econômica parece residir em outro planeta.

Embalado pelos primeiros sucessos do Plano Real, o Governo Federal parece ter estacionado aí mesmo. Os problemas econômicos se mantêm e a área social continua sendo a grande rejeitada pelo atual Governo da União. Isso constatamos no dia-a-dia, especialmente nós, políticos, que recebemos a delegação popular para tentar equacionar os inúmeros (e graves) problemas que se refletem nos estados.

Oriundo de família humilde mas honesta e laboriosa, tendo deixado o cultivo da terra já com 25 anos para ingressar na política (fui o vereador mais votado, depois fui prefeito e agora sou deputado estadual), em nenhum momento arredei pé dos meus princípios centrais. Por isso, ainda me assusto quando vejo tanto descabro e, ao mesmo tempo, tanta inoperância do Presidente e sua equipe.

Tomamos a iniciativa de mexer num verdadeiro abelheiro – o preço dos combustíveis -, que virou CPE, da qual somos presidente. E nessa

condição, pudemos ir a fundo e constatar ainda mais o quanto aqueles que detêm o poder em âmbito federal pouco fazem quando se trata de cuidar do cidadão comum.

Cito o caso dos combustíveis por ser uma questão emblemática e que muito nos envolveu (e envolve), mas há muitos outros problemas. Há o caso, por exemplo, das tarifas de energia e telefones. Mais do que privatização, foi feita uma verdadeira doação do patrimônio nacional a terceiros. Em troca, o povo recebe um serviço deprimente.

Chamar de vergonha a questão dos derivados do petróleo é pouco. Só no Governo FHC a gasolina teve um aumento de 147% - e recentemente, um novo aumento de 15% sobre os derivados de petróleo.

Isso causa desânimo e explica por que o povo desacredita cada vez mais no seu Presidente, mas também faz com que redobremos nossa luta em Santa Catarina, para evitar que o abuso prospere. Basta lembrar que antes mesmo desse último aumento exorbitante dos derivados de petróleo, pelo governo federal, havia postos em alguns municípios vendendo o litro da gasolina a R\$ 1,66! O gás de cozinha é tabelado (R\$ 11,60), mas o Governo Federal faz que não vê os abusos. Em Santa Catarina, por exemplo, o botijão pode sair por até R\$ 26,00!

Meu partido está na base de apoio a FHC, mas isso não nos dá o direito de fecharmos os olhos aos descabros e às injustiças que se cometem contra todos nós, brasileiros. Não podemos também ficar dormindo em berço esplêndido como o nosso Presidente. Quando se acordar, pode ser tarde demais.

Deputado Nelson Goetten(PPB)

O trabalho e a força da bancada do Oeste



Depois de muitos anos, vejo que estamos finalmente conseguindo juntar nossas forças e direcioná-las no mesmo sentido: em favor da região Oeste de Santa Catarina. A bancada do Oeste é uma realidade e está em ação.

Há mais de 50 anos, pleiteava-se a pavimentação da BR-282, de Lages até Campos Novos, bandeira que assumi desde 1994, quando fui eleito deputado estadual. É verdade que, assim como na BR-282, em outras regiões do Oeste existem dificuldades, tanto em rodovias quanto em investimentos nas áreas que podem desenvolver economicamente a nossa região.

Em consulta com parlamentares oestinos, percebi que, além do nosso conhecimento, havia outras necessidades antigas que nunca tinham recebido atenção governamental.

Diante disso tudo e da incoerência na distribuição dos recursos,

formamos a Bancada do Oeste na Assembléia Legislativa, da qual sou o coordenador. A bancada é composta por 13 deputados que têm o mesmo objetivo: acabar com a discriminação sofrida pela região Oeste.

Estamos mantendo reuniões semanais, para as quais convocamos autoridades do governo do Estado para prestar esclarecimentos sobre cada obra, ação ou reivindicação não atendida.

Elegemos prioridades e para elas direcionamos nossos trabalhos. Além do asfaltamento da BR-282, lutamos também pela liberação de mais recursos do Prodetur para a região, pela efetivação da Ferrovia do Frango, pela instalação do gasoduto e pelas obras da Bacia do Rio Uruguai.

Acredito que, mesmo formada num período em que os orçamentos governamentais já tinham sido definidos, a Bancada do Oeste, aos poucos, está mudando esse quadro de preconceito e, em breve, alcançará o seu objetivo.

Deputado Romildo Titon(PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

COMISSÕES

Adelor Vieira prepara relatório final da CPI

(foto Jonas Lemos Campos)

O relatório vai apresentar no dia 14 deste mês um resumo das investigações realizadas durante os últimos oito meses, as denúncias recebidas pelo telefone 0800 48 6261 e pelas correspondências enviadas à Comissão, as rotas usadas pelos narcotraficantes e as prisões efetuadas, além de oferecer sugestões para a repressão, prevenção e recuperação do dependente em drogas.



Deputado Adelor Vieira

O combate ao narcotráfico e à macrocriminalidade em Santa Catarina não termina com a apresentação do relatório final das atividades da CPI que investigou o assunto em nível estadual nos últimos 180 dias. Ao contrário, vai servir de ponto de partida ao Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado, que vai iniciar os trabalhos nos próximos dias.

O deputado Adelor Vieira reconhece que durante as atividades desenvolvidas pela CPI nem tudo foi divulgado como deveria, justamente para não caracterizar um

trabalho de cunho político ou emocional. Citou como exemplo diversas prisões ocorridas em Joinville, Içara, Criciúma e Siderópolis.

Constarão do relatório as rotas mais frequentes utilizadas pelos narcotraficantes no Estado e fora dele, o desbaratamento de quadrilhas de traficantes e de ladrões nos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú e Florianópolis, os nomes de algumas pessoas denunciadas, os números dos depoimentos e das denúncias recebidas via telefone e correios, um resumo das investigações feitas pela força-tarefa e o

relato das instituições envolvidas neste processo.

O documento vai relatar ainda as investigações realizadas pelos policiais civis, federais e militares, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público, que integram a força-tarefa da Comissão; as denúncias recebidas pelo telefone 0800 48 6261 e por correspondências via correio.

Também fará menção ao trabalho desenvolvido pelas Comissões Especiais Externas das Câmaras Municipais de Criciúma, Concórdia e Itajaí, que, em nível local, realizaram um trabalho semelhante à CPI estadual.

O relatório vai apresentar uma série de sugestões – no momento estão sendo relacionadas mais de 40 – para a implantação de ações mais po-

sitivas no Estado no que se refere à prevenção ao uso indevido de narcóticos e na recuperação do dependente, bem como as estratégias a serem usadas pelo Governo e pela sociedade no combate ao tráfico e ao crime organizado.

Prisão de delegado - O presidente da CPI, deputado João Henrique Blasi (PMDB), revelou no início desta semana que investigações realizadas pela força-tarefa na região Sul do Estado resultaram na detenção do delegado em exercício do município de Siderópolis, Gilberto DelPrato.

O parlamentar explicou que durante a atuação dos policiais da força-tarefa nas investigações sobre o tráfico de drogas e crime organizado em municípios do Sul de Santa Catarina, ocorreram várias denúncias contra o escrivão da Polícia Civil, Gilberto DelPrato, que estava no cargo de delegado de Siderópolis, por envolvimento em roubo de veículos. As diligências comprovaram que DelPrato havia participado de pelo menos um assalto e que receptava objetos e peças roubadas.

Também ficou comprovado que o delegado havia assaltado pessoas que estavam em um veículo roubado em Porto Alegre, que estava com "placas frias" de Braço do Norte. No momento, Gilberto DelPrato está preso no Departamento Estadual de Investigação Criminal (Deic) aguardando decisão da Justiça e responde a um processo administrativo interno.

CPI da Sonegação adia escolha de presidente e relator

A CPI que vai investigar casos de sonegação fiscal foi implantada nesta quarta-feira (8), no entanto sem a definição do presidente e relator. Milton Sander (PPB), o parlamentar mais idoso que integra a CPI, adiou para a próxima semana terça-feira (14) a reunião para a escolha dos deputados a ocuparem estes cargos.

Polêmica - Ainda faltam ser instaladas três CPIs, as quais irão investigar, respectivamente, os motivos que levaram o Governo anterior a atrasar os salários dos servidores públicos, o destino dos recursos da Invesc e os da carteira da Cohab.

Como as bancadas do PMDB, do PT e dos quatro partidos que possuem apenas um parlamentar não apresentaram os nomes para compor essas CPIs, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), publicou na última semana uma resolução indicando os membros que faltavam para compor essas Comissões.

Knaesel respondeu que em dezembro de 1999, através de um acordo de lideranças, essas CPIs foram requeridas e aprovadas, ficando a depender do término da CPI do Narcotráfico para serem instaladas, o que acontecerá agora, pela ordem de pedido das mesmas.

COMISSÕES

Comissão colhe subsídios para legislação sobre plantas medicinais

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Nelson Goetten de Lima (PPB), esteve reunida no último dia 31 com representantes da indústria farmacêutica catarinense a fim de começar a colher subsídios para a elaboração de um projeto de lei sobre plantas medicinais comum aos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que será apreciado em meados de 2001.

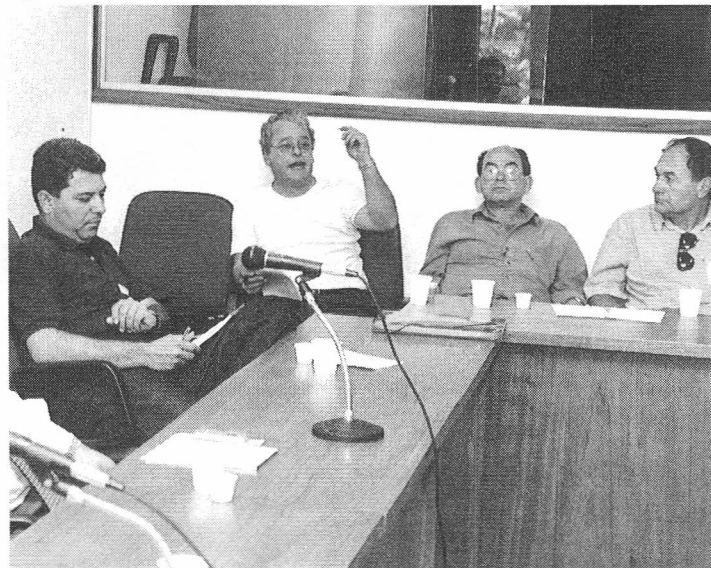
A intenção dos representantes dos laboratórios farmacêuticos é, inicialmente, viabilizar a atividade em nível estadual, envolvendo agricultores e, acima de tudo, a indústria de transformação da matéria-prima a ser utilizada nos medicamentos fitoterápicos. Já ficou constatado que Santa Catarina é um estado que possui mais vantagens, especialmente climáticas, para a produção de plantas medicinais do que outras unidades federativas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país.

Para viabilizar o projeto, os laboratórios farmacêuticos catarinenses querem criar

incentivos não apenas para a produção de fitoterápicos, mas também para a instalação de indústrias de transformação e de controle de qualidade. E fazem um alerta: há necessidade de se criar uma reserva de mercado para Santa Catarina antes que empresas de fora instalem-se no Estado e tirem uma grande fatia das indústrias locais.

Também ficou claro que Santa Catarina tem capacidade de produção tanto para o consumo interno como para exportar para outros estados e países, principalmente aos da Comunidade Econômica Européia e da Ásia, uma vez que já exporta para os Estados Unidos.

O deputado Nelson Goetten revelou aos participantes da reunião que a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Assistência Rural (Epagri), órgão da Secretaria da Agricultura do Estado, está bastante interessada em participar do projeto e



(foto Salom Soares)

Representantes da indústria farmacêutica catarinense

fornecer as sementes de plantas medicinais que mantém em estudos científicos.

Comissão de Agricultura debate febre aftosa em Lages

Em parceria com o Sindicato Rural de Lages, a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sompela (PMDB), promoveu uma audiência pública no Parque de Exposições Conta Dinheiro, durante a Expolages, intitulada "A situação sanitária do rebanho catarinense (ênfase para a questão da febre aftosa)". Contando com a presença do Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), dos deputados Jaime Mantelli (PDT) e Sandro Tarzan (PTB), de técnicos da Cidasc, da Secretaria da Agricultura e do Centro de Agronomia de Lages, a reunião teve como palestrante o médico veterinário da

Deputados defendem um fundo de apoio para indenizar os produtores que venham a sacrificar animais caso a doença se manifeste no Estado

Epagri Roni Barbosa.

Preocupado com os recentes focos da doença no Rio Grande do Sul, Sompela defendeu a criação, em caráter de urgência, de um fundo de apoio em Santa Catarina para indenizar os produtores que venham a sacrificar animais caso a doença se manifeste em nosso território.

Barbosa pregou, entre outras coisas, a instalação de uma Câmara Setorial de Saúde Animal, em convênio com o RS, para a erradicação da febre aftosa; o Disque-Aftosa para denunciar a entrada e o transporte de animais no Estado e para os técnicos responderem questões dos produtores; e as barreiras sanitárias com estados e países do Mercosul. Citou o exemplo do Uruguai, país onde foi

detectado um foco da doença e que possui um fundo governamental e privado, no valor de 30 milhões de dólares, para indenizar os produtores pela perda dos animais sacrificados. Daqui a três meses, o Uruguai volta a ser zona livre de febre aftosa sem vacinação, podendo voltar a exportar aos Estados Unidos.

O presidente do Sindicato Rural de Lages, César Arruda, afirmou que a participação de criadores superou as expectativas, enfatizando que a cidade é um pólo irradiador da pecuária no Estado e no país, sendo fundamental a conscientização da classe produtora, através dos parlamentares e dos técnicos, para erradicar a doença. O relator da CPE, deputado Olices Santini (PPB), classificou de proveitoso o encontro por fornecer informações aos criadores sobre a doença, sobre as ações do governo estadual, da Assembléia de SC e sobre a situação no Brasil (particularmente no RS) e nos países do Cone Sul.

PLENÁRIO

Despachantes de trânsito

Aprovado projeto de Lei de autoria do deputado Heitor Sché (PFL), que altera os artigos 4º e 27 da Lei nº 10.609, de 28 de novembro de 1997, que trata do exercício da atividade de despachante de trânsito. De caráter pessoal e intransferível, este trabalho depende de prévia licitação por concorrência pública, a melhor técnica, para credenciamento.

A transferência de credenciamento dar-se-á por falecimento do credenciado, por invalidez permanente para a profissão e por incompatibilidade declarada e manifesta desistência das atividades.

Sché justifica a proposta frisando que os representantes credenciados pelo Detran estão em atividade há anos nos municípios catarinenses, e esta



Deputado Heitor Sché

medida não vai alterar o quadro funcional mas somente regularizar os escritórios em funcionamento. Isto acontece com mais de 130 escritórios, que geram mais de 150 empregos diretos e 300 indiretos, e cada representação recolhe para o Estado uma caução de 10 salários mínimos

Prorrogação do Refis

O projeto de lei de autoria do deputado Clésio Salvaro (PFL), que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei 11.481/00, foi aprovado por maioria nesta terça-feira (7). A lei prevê o pagamento do débito do contribuinte com base na aplicação de percentuais sobre a receita mensal de cada estabelecimento. O prazo para as empresas em dívida com o ICM e ICMS quitarem seus débitos acabaria no dia 31 de outubro deste ano.

Com a prorrogação, através de emenda modificativa ao projeto, cujos autores são os deputados Onofre Agostini (PFL) e Salvaro, os contribuintes poderão formalizar seus débitos até o dia 31 de dezembro de 2000, adequando à prorrogação do Refis Federal, podendo optar pelo parcelamento em até 120 meses. O valor da prestação não poderá ser inferior a R\$ 100 para as microempresas e empresas de pequeno porte e a R\$ 600 nos demais casos.

Orçamento familiar

Outra matéria aprovada foi o projeto de lei, de autoria do deputado João Rosa (PPS), que dispõe sobre a distribuição gratuita aos estudantes das escolas da rede pública estadual de livros de atividades infantis com conteúdo de noções básicas sobre economia e orçamento familiar.

Justificando a proposta, o parlamentar alega que “as crianças, futuramente, serão pessoas responsáveis pela administração dos seus orçamentos, seja no setor privado ou profissional, condição que justifica plenamente, desde já, a adoção de medidas instrutivas por parte das escolas e do Poder Público, no sentido de incentivar a divulgação de sua importância”.

Serventuários judiciais

De autoria do deputado Nelson Goetten de Lima (PPB), foi aprovada lei que altera o regime de contratação dos serventuários de escriturarias judiciais. A proposta determina que “os serventuários não oficializados, cujas atividades são exercidas por delegação do Poder Público, serão remunerados com base na URE – Unidade de Referência de Emolumentos”.

O deputado pebebista argumenta que “uma vez que serviços de igual natureza (delegação do Poder Público), prestados por tabeliães e oficiais de Registro Público, já são remunerados com base no novo índice (URE), não poderiam os serviços delegados, prestados pelos escrivães, serem remunerados de forma diversa, por frontal desrespeito ao princípio de isonomia”.

Porte de arma de fogo

A Assembléia aprovou nesta semana o Projeto de Lei 163.7/00, de origem governamental, que altera a legislação sobre o porte de armas de fogo no Estado. A proposta modifica dispositivos da Lei nº 10.298, de 26 de dezembro de 1996, e passa de 30 para 75 Ufirs o valor da taxa atinente à licença ou revalidação para o porte de armas de uso pessoal e de caça.

A proposição do Governo tem como objetivo suprimir do subitem específico a categoria de vigilantes, vigias ou guardas que pertencem às empresas prestadoras de serviço de segurança privada. Isso porque a normatização e a concessão de diversas autorizações

serão exercidas pelo Departamento de Polícia Federal, com validade restrita a cada unidade da Federação. No que se refere ao subitem arma de caça, a decisão foi a mesma, uma vez que “o exercício da atividade de caça é vedado por lei”.

Segundo o projeto, a concessão para o porte ocorrerá em três etapas distintas: comprovação da capacidade técnica, exame de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e expedição da licença.

Além de dificultar o uso de arma de fogo, o projeto tem por objetivo “o incremento da receita, cujos valores atualmente arrecadados apresentam-se muito aquém dos custos processuais, contrariando o interesse público”.

Emenda à Constituição Estadual

Os parlamentares aprovaram a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 007/00, de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT), que altera o inciso IV do artigo 4º da Constituição do Estado de Santa Catarina. O dispositivo apreciado estabelece sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por

motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas, independentemente de medidas judiciais previstas em lei.

Ao justificar a proposição, Salvatti argumenta que nos últimos dez anos mais de 1.200 brasileiros foram vítimas de homofobia.

PLENÁRIO

Jogos Abertos não poderão importar atletas

Mello é contra a importação de atletas que comparecem ao Estado somente para participar do Jasc

É do deputado Jorginho Mello (PSDB) o projeto de lei, aprovado em Plenário em segundo turno, que impede a importação de atletas para os Jogos Abertos de Santa Catarina – Jasc e que normatiza condições de atletas representar os municípios nesses jogos.

Segundo o parlamentar, esse é um evento catarinense que deve promover não só os atletas catarinenses, mas também atletas de outros estados, que estão participando das competições anuais. “A essência do evento está se descaracterizando em função dessa iniciativa. Os atletas de fora que vêm para compor o quadro de determinado



Deputado Jorginho Mello

município conquistam as melhores marcas, e isso é um desestímulo aos atletas locais que esperam ansiosamente a realização dos Jogos Abertos. A Cessão Temporária desses jogadores, tira a oportunidade de destaque dos atletas de nosso Estado e leva o empresário a perder o estímulo em patrocinar determinadas modalidades”.

Assembléia mantém vetos governamentais

Doze vetos que constavam na Ordem do Dia desta semana, apenas seis foram apreciados (três totais e três parciais), e todos foram mantidos. Os seis vetos restantes foram retirados para votação posterior.

Vetos totais - destacam-se o veto ao projeto de lei parlamentar que autoriza a instituição de *estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após quarenta anos de idade*. A matéria foi considerada inconstitucional, uma vez que autoriza o Poder Executivo a conceder, a título de estímulo, até cem por cento dos incentivos fiscais de geração de emprego às empresas situadas no território catarinense que, no ato de contratação de empregado, comprovem a geração de primeiro emprego ou de emprego a pessoas com mais de 40 anos de idade. Trata-se de matéria financeira, privativa do Governador do Estado; ao projeto de lei parlamentar que autoriza o Poder Executivo a realizar *diagnóstico da*

situação energética e implementar programa visando à *racionalização e economia de energia elétrica*. Além da alegação de inconstitucionalidade no projeto aprovado não consta a indicação da fonte de custeio, não havendo reserva de recursos para cobrir as despesas previstas no projeto.

Parciais - à lei que declara os municípios de Vidal Ramos como *Capital Catarinense do Doce* e Rio do Oeste como *Capital Catarinense da Polenta*. Os artigos vetados em ambos os projetos foram os 2º e 3º, respectivamente, que dizem que o Poder Executivo implantará programas de incentivo à produção, preservação da cultura, incremento ao turismo e outros, o que acarretaria aumento de despesas não previstas no Orçamento estadual; ao projeto de lei governamental que dispõe sobre a *transformação de funções e remanejamento de cargos nas Polícias Civil e militar*. O projeto recebeu uma emenda

Vale-alimentação aos inativos

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) quer corrigir, por meio de uma emenda modificativa, o teor do Projeto de Lei nº. 350/00, de origem governamental, que concede auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado.

O parlamentar propõe a extensão do auxílio que se pretende conceder aos servidores públicos civis e militares ativos da administração direta também aos inativos. “Esse benefício precisa atender os servidores inativos, os quais em muito já contribuíram para o desenvolvimento do Estado catarinense. Ademais, essa importante matéria, que tramita na Assembléia, deve seguir os princípios constitucionais, que preconizam a equiparação dos direitos remuneratórios aos inativos”, justifica.

A emenda do peemedebista prevê a inclusão do seguinte texto ao artigo 1º do projeto: “o valor do auxílio-alimentação dos servidores públicos civis e militares inativos será equivalente àquele concedido aos servidores ativos da administração estadual direta, autárquica e fundacional, considerando-se para efeito de cálculo o período máximo atribuído aos últimos”.

modificativa ao artigo 3º e uma emenda aditiva que se transformou no artigo 4º, ambas de origem parlamentar e consideradas inconstitucionais pelo Governador. A emenda modificativa diz que militares da PM ou da reserva das Forças Armadas e os inativos da Polícia Civil poderiam ser convocados para funções transitórias de Delegado de Polícia em caráter excepcional; já a emenda aditiva previa que militares reformados quando no desempenho da função de Delegado de Polícia ou à disposição da assessoria militar da Secretaria da Segurança Pública receberiam uma gratificação de até 50% do valor do soldo ou do vencimento do cargo em que foram aposentados.

PLENÁRIO

Polícia Rodoviária Federal

O deputado Volnei Morasoni (PT) solicita ao superintendente da Polícia Federal em SC que mantenha em plena operação o posto da Polícia Rodoviária Federal localizado na BR-101, em Itajaí, considerado fundamental para a segurança do trânsito, que é intenso na região devido ao entroncamento rodoviário representado pela BR-101, BR-470, rodovia estadual Jorge Lacerda e rodovia estadual Antônio Heil. “Além da segurança no trânsito, aquele posto cumpre tarefa importante no combate ao furto de veículos e ao tráfico de drogas, proeminentes na região”, disse o parlamentar.

Morastoni também está solicitando ao Ministro da Justiça a adoção de medidas para a realização de concurso público para suprir a carência de recursos humanos efetivos nos quadros da Polícia Rodoviária Federal, especialmente em Santa Catarina. Segundo ele, a defasagem de policiais rodoviários no Estado está em torno de 150 profissionais, o que dificulta a melhoria das condições de segurança no trânsito nas rodovias federais.

Gratificações - Por sua vez, a deputada Ideli Salvatti (PT) está requerendo ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça, da Fazenda e do Planejamento,



Deputado Volnei Morastoni

Orçamento e Gestão que seja estendida a Gratificação por Operações Especiais – GOE – aos policiais rodoviários federais, uma vez que já foram contemplados os policiais federais, através da Medida Provisória nº 2009-1. Diz a deputada que “o atendimento desta justa reivindicação corrigirá uma grave distorção salarial entre as categorias de policial federal e policial rodoviário federal, porque a isonomia salarial aos ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhados está prevista na Constituição Federal”.

Pensões especiais

O deputado Nelson Goetten (PPB) solicitou ao Governador do Estado a adoção de providências para disciplinar a concessão de pensões especiais de caráter assistencial a pessoas portadoras de deficiência, às crianças nascidas de gestação múltipla e aos idosos com mais de 60 anos que justifiquem não possuírem meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela própria família. Lembra que atualmente os benefícios são concedidos através de leis específicas aprovadas pela Assembléia, mas para haver economia processual é importante estabelecer regras universais para a concessão dessas pensões.

Crise no Hospital Regional do Oeste

Devido a informações veiculadas pela imprensa de que o Hospital Regional do Oeste (HRO) estaria com sérias dificuldades financeiras e com excesso de contratação de pessoal de tino político, os deputados representantes da região - Onofre Agostini (PFL), Moacir Sopelsa (PMDB), Herneus de Nadal (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB), Afonso Spaniol (PPB), Narcizo Parisotto (PMDB e Milton Sander (PPB) - apresentaram requerimento solicitando o envio de correspondência ao presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde, responsável pela administração do hospital, pedindo esclarecimento sobre o caso.

Os parlamentares querem saber o valor atual da folha de pagamento do HRO, incluindo encargos, a situação do recolhimento dos encargos no FGTS e INSS, o valor dos débitos vencidos de responsabilidade do HRO, o valor mensal repassado pelo Governo do Estado para cobertura da folha de pagamento e se há inclusão do 13º salário. Também querem saber o valor do salário do diretor do hospital, as diárias do diretor-geral, a relação das que foram concedidas nos últimos 120 dias, a razão social e o valor dos contratos de consultorias técnicas efetuados pelo HRO, a função do assessor Rai-mundo Radavelli e o valor do seu salário, o critério de atendimento dos denominados “pacotes de cirurgias”, seus valores e descontos concedidos. Por último, os nomes, funções e valor do salário das pessoas contratadas a partir de junho/2000.

Recursos para o PET

O deputado Reno Caramori (PPB) encaminhou moção à bancada catarinense em Brasília solicitando a adoção de medidas para garantir os recursos necessários no Orçamento da União visando à continuação do Programa Especial de Treinamento (PET), que beneficia diretamente centenas de estudantes bolsistas no Estado de Santa Catarina. O PET existe há 21 anos e desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão em 59 universidades no País e ficou fora do Orçamento da União para o próximo ano.

Segundo Caramori, em cada curso que implanta, um Grupo PET conta com a participação de 12 alunos bolsistas, que não apresentam reprovação no currículo e são orientados por um professor tutor. “Santa Catarina conta com 19 Grupos, presentes na UFSC, Udesc, Furb e Unoesc, beneficiando diretamente 228 bolsistas”, explicou o parlamentar.

Vídeos para aumentar segurança

O deputado Nilson Gonçalves (PFL) fez um pedido de informação ao Governador do Estado indagando quais os critérios que determinaram a instalação em Florianópolis de 30 câmaras de vídeo para aumentar a segurança da cidade e somente 17 em Joinville. Gonçalves diz que se o combate à criminalidade é prioridade do Governo, Joinville teria que receber o maior número desses equipamentos, já que é a maior e mais populosa cidade do Estado.

No documento, o deputado lembra que, não obstante os insistentes apelos das lideranças políticas e empresariais para a instalação de pelo menos mais um Batalhão da Polícia Militar em Joinville, até agora não houve qualquer decisão nesse sentido.

GERAL

Instalada a TVAL em Joinville



(foto Salom Soares)

Primeiras imagens geradas pela TVAL em Joinville

Empresários, políticos, representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, diplomatas e lideranças comunitárias de Joinville prestigiaram nesta quarta-feira (8), às 20 horas, na Câmara de Vereadores daquela cidade, a solenidade de instalação da TVAL em mais um município catarinense. O trabalho dos parlamentares já é divulgado pela TV a cabo em Florianópolis, Balneário Camboriú e Blumenau. Na quinta (9) e sexta-feira (10), respectivamente, as transmissões chegam a Jaraguá do Sul e Rio do Sul.

Na cerimônia, o presidente da Casa, vereador Arinor Vogelsanger (PMDB), destacou que o projeto é um passo marcante para a comunidade local, desejando em nome dos seus colegas sucesso à nova emissora.

Saudando o público, em especial os deputados representantes de Joinville, João Rosa (PTB), Jaime Duarte (PPS), Francisco de Assis (PT), Adelor Vieira (PMDB) e Nilson Gonçalves (PFL), o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), informou que por questões financeiras e operacionais a maior cidade do Estado não contou com as imagens da TVAL há mais tempo e que, até o final deste ano, 15 municípios que dispõem dos serviços de TV a cabo vão acompanhar as atividades do Poder. Disse, ainda, que no final de novembro a TVAL poderá ser conectada pela Internet, formando com o jornal "Notícias da Assembléia" e com a rádio digital uma rede para levar informação aos veículos de comunicação do interior do Estado.

Exposições na AL

A Galeria de Arte Meyer Filho, Ana Assembléia, exhibe a partir desta segunda-feira (6) as 41 obras da artista plástica Neusa Jeanettes Sarpi, nas técnicas acrílica sobre tela, mista sobre eucatex e mista sobre tela.

Paulista de nascimento, a arte de Neusa Sarpi está baseada na originalidade e na criatividade, sendo ao mesmo tempo exótica e excêntrica. Suas pinturas retratam a natureza, principalmente as flores, que têm características luminosas.

Realizando exposições desde a década de 70, muito de seus trabalhos já foram apresentados em várias cidades do Brasil, no Paraguai e Argentina. No Paraná, Neusa possui obras em diversos acervos públicos.

Coletiva – Já as artistas plásticas Geiza Célia Gonçalves e Karem Maria de Moraes inauguraram exposição nesta quinta-feira (9) às 19 horas. Geiza, funcionária de carreira da Assembléia, é formada em Educação Artística pela Udesc desde 1979, mas somente no ano passado começou a se dedicar à pintura. Além de cursos com professores de renome, já realizou duas exposições; esta é a terceira. Sua técnica, ainda acadêmica, é o óleo, e agora está partindo para a acrílica.

Karem Moraes já realizou vários cursos, além de uma coletiva em Florianópolis, onde mora. Iniciou sua atividade artística fazendo pinturas decorativas em móveis, em 1996. Dois anos mais tarde, partiu para a pintura de quadros.

Prefeitos discutem Lei de Responsabilidade Fiscal

Por iniciativa do deputado Romildo Titon (PMDB), a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa realiza na próxima segunda-feira, dia 13, a partir das 9 horas, audiência pública objetivando discutir com os prefeitos catarinenses, parlamentares e auditores do Tribunal de Contas a nova Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Crime de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde outubro passado. O encontro busca, em especial, orientar os prefeitos no fechamento das contas referentes ao exercício financeiro de 2000, justifica Titon.

Agenda

Dia 13, às 9h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado das regiões Sul e Grande Florianópolis

Local - Laguna Tourist Hotel, em Laguna

Dia 13, às 9h – Encontro dos parlamentares com prefeitos do Estado para orientação das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal

Local - Plenário

Dia 14, às 10h – Apresentação do relatório final da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, pelo deputado Adelor Vieira (PMDB).

Local - Sala das Comissões

Dia 14, às 11h – Reunião da CPI da Sonegação para escolha do presidente e relator

Local - Sala das Comissões